

GOVERNO PASSOU TUTELA DA ADIN PARA CELSO CORREIA

Tutela da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte deve ser devolvida ao Conselho de Ministros



Créditos: opais.sapo.mz

1. Contextualização

Foi na terceira sessão extraordinária do dia 12 de Março de 2020 que o Conselho de Ministros aprovou o decreto que cria a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), uma instituição pública dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e financeira, tutelada pelo Conselho de Ministros, e com sede na Província de Cabo Delgado.

A ADIN tem como mandato promover acções de carácter multiforme com vista ao desenvolvimento sócio-económico das províncias de Cabo Delgado, Niassa, e Nampula; e promover a criação de emprego para os jovens do norte de Moçambique como

forma de os desencorajar a juntar-se aos grupos terroristas que têm protagonizado ataques nos distritos do centro e norte de Cabo Delgado, desde de Outubro de 2017.

A agência tem como Presidente o veterano da Luta de Libertação Nacional e diplomata reformado Armando Panguene, de 77 anos. Além da carreira diplomática, Panguene exerceu funções executivas como Governador da Província de Nampula, durante o Governo de Transição, Governador da Província de Cabo Delgado, entre 1980 e 1983, Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1975 e 1977, e Vice-ministro da Defesa Nacional, de 1984 a 1987.

Trata-se, pois, de uma figura experimentada que foi chamada para dirigir uma agência que tem uma importância estratégica no desenvolvimento integrado de Nampula, Niassa e Cabo Delgado, províncias que formam a região mais subdesenvolvida do país, apesar de dispor de enormes recursos naturais.

Além das oportunidades de conteúdo local que podem ser

aproveitadas nos projectos bilionários de gás natural que decorrem em Cabo Delgado, a região norte tem dois importantes corredores de desenvolvimento, nomeadamente o Corredor de Nacala, que liga o Porto de Nacala ao Hinterland, através do Malawi, e o corredor que liga Moçambique e Tanzânia, através da Ponte da Unidade construída sobre o rio Rovuma.

2. Tutela da ADIN devia permanecer no Conselho de Ministro

Três meses depois da criação da ADIN, o Conselho de Ministros aprovou, no dia 17 de Junho, o decreto de delegação de competências do exercício de tutela administrativa sobre a agência ao Ministro que superintende a área do Desenvolvimento Rural. Significa que a ADIN deixou de ser uma instituição tutelada pelo Conselho de Ministros e passou à tutela de Celso Correia, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) entende que, por se tratar de uma instituição que tem a missão de promover um desenvolvimento integrado, a ADIN devia permanecer sob tutela do Conselho de Ministros, órgão que tem, entre outras competências constitucionais, dirigir e coordenar as actividades dos ministérios e outros órgãos subordinados. Estando sob tutela do Conselho de Ministros, a direcção da ADIN continuaria a prestar contas ao Primeiro-Ministro, figura que, nos termos da Constituição da República, tem a responsabilidade de coordena-

nar e controlar as actividades dos ministérios e outras instituições governamentais.

Pela sua natureza, a ADIN tem uma visão holística de desenvolvimento e uma actuação transversal que abrange todos os sectores económicos e sociais do Governo, pelo que não faz sentido a sua direcção responder a um Ministro responsável por um único sector, nomeadamente o sector agrário e de desenvolvimento rural. O sucesso da missão da ADIN passa obrigatoriamente por um trabalho coordenado com vários sectores representados por diferentes ministérios, e não apenas o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, apesar da sua importância estratégica.

Por exemplo, o Ministério dos Recursos Minerais e Energia pode desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento do norte de Moçambique através da electrificação rural e promoção de emprego para jovens nos projectos de gás natural na bacia de Rovuma; os Ministérios dos Transportes e Comunicações e o da Indústria

e Comércio podem viabilizar projectos de geração de renda para pequenos produtores familiares ao longo dos corredores de desenvolvimento e através do fomento da comercialização agrária; os Ministérios responsáveis pela educação e formação técnico-profissional são tão importantes quanto necessários para a preparação de jovens para o mercado de trabalho e do emprego.

Na sua actuação, a ADIN deverá interagir, coordenar actividades e estruturar os seus projectos de desenvolvimento integrado com titulares de vários ministérios, por isso o CDD defende que a tutela da agência deve ser devolvida ao Conselho de Ministros para conferir maior peso político à sua direcção. O Presidente da ADIN deve trabalhar directamente com o Primeiro-Ministro, figura que, pela natureza do cargo e das funções que exerce, tem uma visão política global e integrada do desenvolvimento sócio-económico, e não uma visão sectorial como é o caso de um Ministro.

3. Celso Correia: o “superministro” de Filipe Nyusi

A ADIN é a segunda instituição pública com foco no desenvolvimento integrado que passa para a tutela de Celso Correia. No presente mandato, o Presidente da República retirou a tutela do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) do Ministro que superintende a área da Terra e Ambiente e passou-a para o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Ou seja, Celso Correia saiu do sector da Terra e Ambiente e levou consigo o FNDS, instituição criada em 2016 pelo Conselho de Ministros.

Tal como a ADIN, o FNDS tem uma visão integrada de desenvolvimento e uma actuação transversal: é responsável pela Energia rural; Finanças rurais; Água rural; Estradas rurais; Tecnologia rural; Conservação; Aterros (sanitários e industriais); Novas centralidades; Ordenamento do território; Mudanças climáticas; Terras; Florestas e Ambiente. No último mandato, Celso Correia usou o FNDS para refor-



çar a sua influência política no Governo, promovendo e financiando projectos fora do extinto Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, onde era titular.

São disso exemplos os seguintes projectos: “Um Distrito, um Banco”, cujo objectivo é acelerar o processo de bancarização das zonas rurais, com vista a garantir total cobertura da rede bancária no país; “Um Distrito, Um Hospital Distrital” – que visa acelerar a implantação e apetrechamento de infra-estruturas para o funcionamento de hospitais de nível distrital; e “Sustenta” – que visa promover e facilitar, através da gestão integrada de agricultura e recursos naturais, o desenvolvimento rural integrado, com vista a contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias rurais.

Trata-se de projectos que deverão continuar no presente mandato sob a alçada do FNDS, fazendo com que Celso Correia

seja o primeiro ministro responsável pelo sector agrário e de desenvolvimento rural a responder pela construção de hospitais distritais e agências de bancos comerciais.

A constante mudança de tutela de instituições, incluindo a concentração de projectos de desenvolvimento integrado num único ministério, é uma prática que vai na contramão dos objectivos que nortearam a reforma do sector público, nomeadamente a consolidação institucional através do princípio de que as pessoas passam, mas as instituições ficam. A ideia é evitar que as instituições sejam construídas à imagem do “chefe” e fiquem desestruturadas com a sua saída.

Por exemplo, o CDD sabe que há uma proposta promovida por Celso Correia de retirada do sector da Agricultura do Serviço Distrital de Actividades Económicas para criar um novo Serviço distrital.

Na verdade, o Decreto 6/2006, de 12 de Abril, que aprova o Estatuto Orgânico do Governo Distrital, fixa quatro serviços distritais, mas abre espaço para o Governo Distrital propor a criação de outros serviços e secções fundamentada na necessidade de prestação de serviços ao cidadão com maior qualidade e eficácia.

Ainda assim, o processo de criação de novos serviços distritais deve ser informado de debate público e ter motivos plausíveis para não parecer uma mera satisfação de capricho do Governo do dia. Aliás, não é por acaso que a lei exige que a proposta seja fundamentada na necessidade de melhoria dos serviços prestados ao cidadão, além de que o proponente de novos serviços deve ouvir o Governo Provincial e o Ministro que superintende a área da Função Pública e Administração Local do Estado.

4. Banco Mundial no bolso de Celso Correia?

No mandato passado, o FNDS tornou-se num dos principais canais governamentais de recepção da ajuda externa, depois da extinção do Apoio Directo ao Orçamento de Estado devido ao escândalo das dívidas ocultas. Por exemplo, dados de 2017 mostram que só o Banco Mundial injectou perto de 200 milhões de dólares nos projectos do FNDS, através de subvenções, fundos fiduciários globais, empréstimos concessionais, pagamentos baseados no desempenho e a constituição de um novo Fundo Fiduciário de Doadores Múltiplos e Específico para Moçambique (Suécia entrou com 15 milhões de dólares). Os dados constam de uma publicação conjunta do Governo moçambicano e Banco Mundial, denominada “Gestão Integrada de Paisagens e Florestas em Moçambique”.

Na verdade, o FNDS foi a “vaca leiteira” que salvou o primeiro mandato de Filipe Nyusi abalado pelo fecho das torneiras dos doadores, tendo feito várias injeções financeiras, incluindo para evitar o colapso de empresas públicas, como a companhia de bandeira, LAM.

Neste mandato, Celso Correia voltará a ser o Ministro que atrai mais financiamento do Banco Mundial para instituições por si tuteladas. Além do FNDS, o recém-criado ADIN poderá atrair cerca de 700 milhões de dólares do Banco Mundial. Em entrevista à Televisão de Moçambique (TVM), esta semana, Mark Lundell, Director do Banco Mundial em Moçambique, disse que se o Governo de Filipe Nyusi apresentar um plano de acções e projectos para o desenvolvimento integrado do norte, a sua instituição vai alocar 700 milhões de dólares,



Créditos: OPais

no âmbito da estratégia Fragilidade, Conflitos e Violência.

Numa altura em que o Banco Mundial devia ser mais aberto à participação da sociedade civil na programação das prioridades para Moçambique, foi surpreendente ouvir Mark Lundell a anunciar 700 milhões de dólares para acções de desenvolvimento integrado do norte do país. O CDD defende que o Banco Mundial deve abrir canais de participação pública para permitir maior escrutínio da sua relação com

o Governo de Moçambique, evitando-se, deste modo, a repetição de erros do passado, como foi o colapso total da indústria do caju na década de 1990.

Se a ADIN permanecer sob tutela de Celso Correia, o financiamento do Banco Mundial para o desenvolvimento do norte de Moçambique será decisivo não só cimentar o poder do “superministro” de Nyusi, mas também para a conquista de alianças dentro da Frelimo no âmbito da sucessão política que se esperava em 2024.

COVID-19
STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

COVID-19
ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Report human rights abuse during the state Of emergency in mozambique

From April the 1st to the 30th , 2020

CALL NOW:
87 85 33 330

WhatsApp

Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of: CDD CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO sahrdn

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:
87 85 33 330

WhatsApp

Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19 Passe a palavra! Uma iniciativa: CDD CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO sahrdn

Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

<p>Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento Director: Prof. Adriano Nuvunga Editor: Emídio Beula Autor: Emídio Beula Equipa Técnica: Emídio Beula , Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando. Layout: CDD</p>	
<p>Contacto: Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique Telefone: 21 41 83 36</p>	<p>CDD_moz E-mail: info@cddmoz.org Website: http://www.cddmoz.org</p>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO